



AMIES
ASSOCIAÇÃO DOS MANTENEDORES
INDEPENDENTES EDUCADORES
DO ENSINO SUPERIOR

Boletim Informativo



AMIES reúne IES e Inep para apresentação dos novos instrumentos de avaliação da educação superior

A AMIES promoveu reunião com a participação do diretor de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ulysses Tavares Teixeira, para apresentação dos novos instrumentos de avaliação da educação superior.

Na ocasião, o diretor do Inep destacou os principais aspectos do novo modelo e esclareceu dúvidas dos dirigentes e representantes de IES associadas e convidadas.

A iniciativa reafirma o compromisso da AMIES com a promoção do diálogo permanente entre as instituições de educação superior e o Poder Público diante das transformações no processo educacional, especialmente na regulação e nas avaliações que impactam o setor.

Ao estabelecer um espaço de interlocução direta com o Inep, a entidade fortalece sua atuação em defesa de uma regulação mais transparente e de

uma avaliação capaz de fomentar a qualidade, de modo a proporcionar segurança às IES e o aprimoramento contínuo das metodologias educacionais.

"A avaliação da educação superior ocupa posição estratégica no sistema regulatório brasileiro. Os resultados da avaliação orientam decisões que impactam diretamente o planejamento institucional das IES e a oferta de seus cursos", salientou o vice-presidente da AMIES, Victor Veronezi, na abertura do encontro.

Já o consultor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros, ressaltou o papel da Associação ao promover espaços de debate. "Acreditamos que o fortalecimento da educação superior passa pelo diálogo institucional permanente, pela construção conjunta de soluções e pela aproximação entre as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela formulação e execução das polí-

ticas públicas". O advogado destacou, ainda, a importância do papel da avaliação como indutora da qualidade do ensino. "A avaliação constitui a mais importante ferramenta para o aprimoramento dos mecanismos educacionais, bem como para orientação das ações educacionais, tanto pelo Poder Público, quanto pelas instituições de ensino".

Durante a reunião, o diretor do Inep apresentou informações sobre a consolidação do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), explicando sua integração à política nacional de avaliação da formação médica e as principais mudanças introduzidas pela Medida Provisória 1.370/2026. O professor Ulysses Teixeira também abordou o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação in loco, a criação de instrumentos específicos por áreas do conhecimento, a definição de um novo ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), as mudanças nos procedimentos das visitas de avaliação e valorização da autoavaliação institucional, além do cronograma de implementação do novo modelo, previsto para este segundo semestre de 2026.

A reunião integrou a agenda permanente de interlocução institucional da AMIES com os órgãos responsáveis pela regulação, supervisão e avaliação do ensino superior. A Associação continuará acompanhando a implementação dos novos instrumentos de avaliação e promovendo iniciativas que contribuam para orientar as IES diante das mudanças regulatórias e dos desafios relacionados à qualidade da educação superior.



AMIES participa da primeira reunião do Grupo de Trabalho do MEC sobre cursos da área da saúde



A AMIES participou da primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo Ministério da Educação (MEC) para discutir propostas pedagógicas voltadas aos cursos de graduação das áreas da saúde, bem-estar e veterinária. A entidade foi representada pelo assessor de Relações Institucionais, professor Gilberto Garcia.

Os trabalhos foram conduzidos pelo secretário-executivo adjunto do Ministério, Ângelo Vinícius Roda, e pelo diretor de Regulação da Educação Superior, Daniel Ximenes, que apresentaram o contexto regulatório da educação superior na área da saúde e os objetivos que orientarão as discussões do grupo.

Durante a reunião, foram detalhados dados sobre a oferta de cursos antes e depois da publi-

cação do Decreto 12.456/2025, além dos principais conceitos introduzidos pelo novo marco regulatório da educação a distância, como a própria EAD, a presencialidade, as atividades síncronas e assíncronas e os três formatos de oferta atualmente previstos (presencial, semipresencial e a distância). Também foram discutidas as inovações trazidas pela Portaria MEC 378/2025 para os cursos da área da saúde, entre elas o fortalecimento do papel dos polos de educação superior, a nova concepção de docência, a mediação pedagógica, o incentivo ao uso de metodologias inovadoras de aprendizagem e o desenvolvimento de competências digitais dos estudantes. Ao longo da reunião, o MEC reforçou que o Grupo de Trabalho terá caráter técnico e colabora-

tivo, buscando ouvir as entidades representativas e a sociedade para construir propostas pedagógicas inovadoras e compatíveis com os desafios contemporâneos da formação em saúde.

Para o professor Gilberto Garcia, a participação da AMIES reafirma o compromisso da entidade com a construção de políticas públicas baseadas no diálogo, na qualidade acadêmica e na segurança jurídica. “A AMIES participa desse GT com espírito colaborativo, levando a experiência das instituições de ensino superior independentes e contribuindo tecnicamente para a construção de soluções que fortaleçam a qualidade da formação na área da saúde. Trata-se de um espaço importante de diálogo institucional com o Ministério da Educação e de participação efetiva na formulação de políticas públicas para a educação superior”, ressaltou.

Ao final da reunião, os integrantes do GT foram divididos em dois grupos temáticos para aprofundamento das discussões, com reuniões previstas para setembro e outubro.

A AMIES continuará atuando junto ao Poder Público, a fim de cooperar para o aperfeiçoamento da regulação da educação superior, contribuindo tecnicamente para a formulação de políticas que conciliem inovação, qualidade acadêmica e responsabilidade na formação dos futuros profissionais da área da saúde.

AMIES participa de reunião sobre a nova regulamentação dos cursos de especialização

A AMIES participou de reunião promovida pela Comissão da Revisão da Resolução CNE/CES 1/2018, que trata do funcionamento dos cursos de especialização no Sistema Federal de Educação. Na ocasião, a Associação foi representada pelo assessor de Relações Institucionais, Gilberto Garcia.

O encontro, realizado na sede do Conselho Nacional de Educação (CNE), reuniu entidades do setor educacional para apresentação e debate da proposta da nova resolução, atualmente em fase de homologação ministerial. Participaram da reunião o presidente da Câmara de Educação Superior, conselheiro Otávio Luiz Rodrigues, a relatora da proposta, conselheira Mônica Sapucaia, além dos conselheiros Celso Niskier e Elizabeth Guedes. Também estiveram presentes representantes da Anaceu, Anec, Confen, Semerj e Simesp.

Durante a reunião, os membros da Comissão esclareceram aspectos relacionados à tramitação da nova resolução e aos processos de credenciamento exclusivo para oferta de cursos de especialização ainda em análise pelo CNE. Também foram apresentados os principais pontos de alteração em relação à Resolução CNE/CES 1/2018, atualmente em vigor.

Entre as mudanças discutidas está a previsão de que as universidades possam ofertar cursos de especialização em qualquer área do conhecimento, independentemente da existência de cursos de graduação correlatos, com fundamento na autonomia universitária. Em contrapartida, a proposta esta-



belece que centros universitários e faculdades somente poderão oferecer especializações vinculadas às áreas em que já possuam cursos de graduação, o que motivou manifestações e questionamentos por parte das entidades participantes.

Outro ponto apresentado foi a definição de um percentual mínimo de 30% de mestres e doutores no corpo docente de todos os cursos de especialização, independentemente da área de conhecimento ou da natureza da formação ofertada. Segundo os representantes do CNE, a medida passará a integrar a nova regulamentação.

A Comissão também explicou alterações nos critérios para o credenciamento exclusivo de instituições voltadas à oferta de cursos de especialização. A proposta modifica o rol de entidades aptas a solicitar esse credenciamento, substituindo a referência a organizações ligadas ao mundo do trabalho por entidades de natureza corporativa profissional e partidária, tema que suscitou questionamentos dos representantes das associações presentes.

Além disso, foi informado que o próprio CNE deverá assumir a análise prévia, a instrução processual e a avaliação dos pedidos de credenciamento e recre-

denciamento para oferta exclusiva de cursos de especialização.

Para a AMIES, a participação em espaços institucionais de diálogo como esse é fundamental para acompanhar a construção das políticas públicas que impactam diretamente as instituições de educação superior. “A revisão da Resolução CNE/CES nº 1/2018 representa um momento importante para o aperfeiçoamento do marco regulatório da pós-graduação *latu sensu*. Sobretudo após as novas prerrogativas sob o ensino EAD, presencial e semipresencial, constantes no Decreto nº 12.456/2025, que trata sobre a formação dos cursos de graduação. A presença da AMIES nessa discussão permite acompanhar de perto as mudanças em construção e contribuir para que o novo normativo considere a diversidade institucional do sistema federal de educação e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior”, destacou o professor Gilberto Garcia.

A AMIES seguirá contribuindo com o debate regulatório e acompanhando a tramitação da nova resolução, reforçando seu compromisso com o aperfeiçoamento do marco normativo da pós-graduação no país.

Capes publica edital para seleção de propostas de cursos de licenciatura no âmbito do Parfor

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) publicou o [Edital 23/2026](#), que abre a seleção de propostas para oferta de cursos de licenciatura no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade). A iniciativa prevê o apoio à oferta de até 8 mil vagas em cursos de primeira e segunda licenciatura, conforme demandas identificadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O edital reforça o regime de colaboração entre União, estados, municípios e instituições de educação superior. As propostas deverão estar alinhadas ao planejamento pactuado pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação



dos Profissionais da Educação Básica ou, na ausência destes, por instância equivalente.

Para participar da seleção, as instituições deverão atender a uma série de requisitos, entre eles estar regularmente credenciadas no sistema e-MEC, possuir Conceito Institucional (CI) ou Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 3, quando avaliadas, não possuir pendências acadêmicas ou financeiras junto à Capes e com-

provar capacidade técnico-operacional e experiência na formação de professores da educação básica. Os cursos propostos também deverão estar em atividade no e-MEC e possuir Conceito de Curso (CC) ou Conceito Preliminar de Curso (CPC) igual ou superior a 3, quando avaliados.

As propostas deverão ser apresentadas por meio do Sistema Integrado Capes (SiCapes), até o dia 25 de agosto.



O Ministério da Educação criou a plataforma **MEC Normas**, um sistema oficial que reúne os principais atos normativos relacionados às políticas públicas educacionais e à gestão da pasta. A ferramenta facilita a consulta a leis, decretos, portarias, instruções normativas, resoluções e outros atos editados pelo MEC e pelas entidades vinculadas, além de normas da Administração Pública de interesse da educação.



O Brasil passou a contar com uma instituição pública federal de ensino superior dedicada exclusivamente ao ensino, pesquisa, extensão e inovação na área científica do esporte. É o que estabelece a Lei 15.457, de 2026, que criou a Universidade Federal do Esporte (UFEsporte). Vinculada ao Ministério da Educação, a universidade terá sede em Brasília, com possibilidade de expansão para outros estados.



No início de julho, foi lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa das Universidades Públicas Estaduais e Municipais. O grupo, composto por 183 deputados e dois senadores, irá atuar na interlocução entre essas instituições e o Poder Público federal, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Entre as pautas prioritárias estão o financiamento adequado e a recomposição do orçamento das universidades.

MERCADO

»As faculdades estão reduzindo o preço da mensalidade dos **cursos semipresenciais**. O movimento, iniciado no fim de 2025, fez com que a diferença no valor médio entre as graduações híbrida e a distância seja, atualmente, de apenas R\$ 42.

»A Santa Casa de Belo Horizonte, conhecida como o berço da formação médica no estado de Minas Gerais, foi habilitada para implementar o próprio curso de **medicina**.

»Por meio da subsidiária Clariens, o Mubadala, braço de investimento em participações do fundo soberano de Abu Dhabi, estão adquirindo **100% do controle** da Segex, mantenedora da Universidade Vila Velha, localizada no Espírito Santo.

»Em campanha até abril de 2027, **Cogna** investe para marca ser mais conhecida.

»A **Ânima Educação** anunciou a compra do Centro Universitário FMU por cerca de R\$ 410 milhões, em uma operação que reforça a aposta nas mudanças do ensino superior após o novo marco regulatório e amplia sua presença no ensino digital.

CNE abre consulta pública sobre formação continuada de professores



O Conselho Nacional de Educação (CNE) abriu uma consulta pública que busca embasar o estabelecimento das Diretrizes Nacionais para Formação Continuada de Professores da Educação Básica na perspectiva de Desenvolvimento Profissional Docente. A consulta fica aberta até 21 de agosto e pode ser acessada por meio do formulário disponível na plataforma Brasil Participativo.

Para o Ministério da Educação, o conjunto dos marcos legais e normativos que regem a educação brasileira, aliado às evidências produzidas por pesquisas educacionais e às demandas das redes públicas e privadas de ensino, demonstra a necessidade da criação dessas diretrizes, que colocarão o desenvolvimento profissional dos professores como posição central nas políticas educacionais brasileiras, devido a sua relação com a qualidade do ensino e das aprendizagens dos

estudantes.

As diretrizes terão por finalidade orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas de formação continuada, oferecendo princípios e referenciais nacionais que fortaleçam a valorização docente, respeitem a diversidade dos sistemas de ensino e promovam a melhoria da qualidade da educação básica. Assim, elas buscam: fortalecer a valorização e o desenvolvimento profissional dos professores; promover a articulação entre formação continuada, carreira e condições de trabalho; orientar os sistemas de ensino e as instituições formadoras na organização de políticas permanentes de desenvolvimento profissional; estimular a criação de ambientes institucionais favoráveis à aprendizagem profissional colaborativa; e contribuir para a melhoria do direito à aprendizagem dos alunos e para a redução das desigualdades educacionais.

EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Victor Veronezi | Diretor administrativo: Ihanmark Damasceno | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Alexandre Chaddad, Paulo Vieira e Conrado Raunheitti | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa, Clovis Fecury e Jaime Romero | Secretária-executiva: Priscila Planelis | Relações Institucionais: Gilberto Garcia | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).